**MENSAGEM A-Nº 054/2025 - VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº94,
DE 2023**

São Paulo, 21 de agosto de 2025.

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto parcial ao Projeto de lei n.º 94, de 2023, aprovado por essa nobre Casa de Leis, conforme Autógrafo n.º 34.123.

De iniciativa parlamentar, a proposição busca reconhecer como de relevante interesse turístico o antigo “Caminho do Ouro Paulista”, rota turística que abrange os Municípios de Taubaté, Lagoinha, Cunha, Pindamonhangaba, Tremembé e São Luiz do Paraitinga.

Não obstante os elevados propósitos que norteiam a iniciativa vejo-me compelido a negar assentimento ao artigo 3º do projeto, em razão de sua incompatibilidade com a ordem constitucional.

Embora louvável a intenção do Legislador de promover a cooperação federativa, o artigo 3º do projeto, ao autorizar municípios a constituírem consórcios públicos com o objetivo de promover a manutenção e expansão do percurso de rota turística, ofende o pacto federativo e a autonomia dos entes políticos, violando o “caput” do artigo 18 da Constituição Federal.

Com efeito, cabe exclusivamente a cada ente municipal, no exercício da sua autonomia constitucionalmente assegurada, deliberar, por meio da sua Câmara Municipal, sobre a adesão ou celebração de consórcios públicos, nos termos da Lei federal n.º 11.107, de 6 de abril de 2005.

Fundamentado nestes termos o veto parcial que oponho ao Projeto de lei n.º 94, de 2023, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Tarcísio de Freitas
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado André do Prado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.